

VULNERABILIDADE SOCIAL E ARRANJOS DOMICILIARES NO PARANÁ

Paulo Roberto Delgado¹
Leonildo Pereira de Souza²

1 INTRODUÇÃO

Entre algumas das questões que permeiam o debate sobre políticas sociais, destacam-se duas temáticas que tendem a imbricar-se no seu impacto sobre o bem-estar de segmentos importantes da população: as situações de exclusão e vulnerabilidade social e as formas de organização das unidades domésticas, entendidas como tipos de arranjos domiciliares configurados a partir de distintos relacionamentos entre seus membros – laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O objetivo deste estudo é verificar como a incidência de vulnerabilidade social manifesta-se nos diversos tipos de arranjos domiciliares nos municípios paranaenses.

A tipologia dos arranjos domiciliares consiste na diferenciação dos domicílios em tipos *não familiares* (unipessoal ou multipessoal) e *familiares*, (segundo a composição das famílias: casal com filhos; casal sem filhos; casal sem filhos e com parentes; mulher sem cônjuge e com filhos; mulher sem cônjuge, com filhos e com parentes; homens sem cônjuge, com filhos e com parentes; outros).

Pretende-se identificar, com base nos microdados do Censo Demográfico 2010, as ocorrências de situações de vulnerabilidade em cada unidade domiciliar amostrada, a partir dos critérios usados para a construção dos dezesseis indicadores que compõem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). A partir desta identificação, os arranjos domiciliares poderão ser classificados segundo a justaposição de carências, indicando, assim, os tipos de arranjos em que a presença de fatores de vulnerabilidade é mais acentuada.

Na sequência, o capítulo está organizado em quatro partes. Na primeira, busca-se ressaltar a importância de se considerar as manifestações de vulnerabilidade social a partir da diversidade existente no país em termos de organização familiar.

1. Sociólogo, doutor em meio ambiente e desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). *E-mail*: <delgado@ipardes.pr.gov.br>.

2. Sociólogo, mestre em sociologia pela UFPR e pesquisador do Ipardes. *E-mail*: <leosouza@ipardes.pr.gov.br>.

Na segunda, apresenta-se uma síntese da situação social do Paraná com base nos resultados do IVS, divulgado pelo Ipea em 2015. A terceira parte contém uma subseção em que se apresenta a distribuição dos arranjos domiciliares no Paraná conforme os dados do Censo Demográfico 2010 e um perfil das pessoas responsáveis pelos domicílios; na segunda subseção, realiza-se uma leitura da incidência de fatores de risco social expressos nos indicadores do IVS, considerando-se os diferentes tipos de arranjos domiciliares. Por fim, são apresentadas algumas considerações que sintetizam os resultados alcançados nos itens anteriores.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL E UNIDADES DOMÉSTICAS

Nas duas últimas décadas, o Brasil passou por um significativo avanço em sua situação social, conforme constatam diversos indicadores sociais (Pnud, Ipea e FJP, 2013; Ipea, 2015), a despeito dessa mudança não ter sido suficientemente forte a ponto de equalizar os gargalos históricos da sociedade brasileira. Desse modo, o ritmo da mudança, apesar de ter se mantido constante, não foi uniforme, isto é, com a mesma intensidade entre os mais diversos estratos e classes sociais.

No início do século XXI, Kowarick (2002) destacava que, após um contexto, nas décadas anteriores, nas quais se buscou gradualmente consolidar o sistema político democrático, o grande desafio passava a ser expandir os direitos de cidadania, principalmente universalizar os direitos sociais básicos, via sistema de proteção social, como estratégia para enfrentar as inúmeras formas de vulnerabilidade. Nesse sentido, Telles (2013, p. 15) também sublinhava a distância existente no país entre os estatutos legais e a realidade imediata evocando “o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação”.

Nesse período, muito esforço institucional foi dispendido, em todas as esferas federativas, com o objetivo de atenuar esse cenário, cujos resultados são hoje verificáveis e com saldo, em sua maior parte, positivo, como a avaliação relativa aos objetivos do milênio³ no Brasil.

Contudo, para além da conformação presente na esfera pública, também a configuração da esfera privada tem seu peso e sua relevância no desempenho da melhoria das condições e da qualidade de vida da população do país. Vale ressaltar que, ao mencionar isso, não se trata aqui de culpabilizar ou transferir responsabilidades, mas sim destacar que a forma como a instituição família se organiza importa e interfere nos resultados, necessitando, dessa forma, de olhares e cuidados mais atentos, bem como ações que atuem voltadas a atender a essas especificidades, uma vez que “determinados tipos de família encontram-se em posição de maior

3. Para mais detalhes, ver: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br>>.

fragilidade na sociedade e, portanto, necessitam de atenção especial” (Medeiros, 2000, p. 50).

Conforme Bronzo (2008), a vulnerabilidade é influenciada simultaneamente por fatores exógenos às pessoas e famílias, tais como oportunidades e serviços públicos disponíveis, bem como fatores endógenos a elas (dimensão psicossocial), com ações e ativos para prevenir, mitigar e enfrentar os riscos sociais. Assim, na relação entre vulnerabilidade e arranjos familiares, estudos como o de Lavinas e Nicoll (2006) demonstram que a probabilidade da incidência de vulnerabilidade é mais sensível a questões de gênero e posição na família, ou seja, em famílias chefiadas por mulheres sozinhas.

Nesse contexto, de acordo com Brandt (2010b; 2010a), entende-se que o Estado, via políticas públicas, e a família possuem atribuições similares e complementares que atuam simultaneamente na proteção, reprodução e no desenvolvimento dos indivíduos. No entanto, recomenda a autora:

é fundamental considerar a heterogeneidade das famílias, tanto no grau e extensão das vulnerabilidades que apresentam quanto nos arranjos familiares que constroem. Não há um padrão único de desempenho da família. As famílias ostentam diversas formas de expressão, condições de maior ou menor vulnerabilidade afetiva, social ou econômica, ou, ainda, se encontram em diferentes fases de seu ciclo vital com maior disponibilidade e potencial (Brandt, 2010b, p. 81).

No âmbito da proteção social brasileira, no que tange à ideia de vulnerabilidade, busca-se superar a noção de pobreza, indo além do critério de ausência ou insuficiência de renda, apreendendo seus diversos aspectos enquanto fenômeno multidimensional, pois “a pobreza, mais do que medida monetária, é relação social que define lugares sociais, sociabilidades, identidades” (Raichelis, 2006, p. 27).

Tal entendimento leva em consideração que:

a relação entre vulnerabilidade e pobreza não é direta. Vulnerabilidade não se restringe à pobreza e nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma. Entretanto, não se pode desconsiderar que tais fenômenos estão interligados, uma vez que a vulnerabilidade é maior nas famílias pobres que possuem menor quantidade e diversidade de elementos para enfrentar os diversos riscos, ou seja, a exposição aos riscos e a capacidade de prevenção e resposta variam de acordo com a situação de pobreza ou não pobreza das famílias. Isso significa que os pobres são mais vulneráveis porque estão mais expostos a riscos e possuem menos ativos para administrá-los (Bronzo, 2008, p. 3).

Não obstante, a noção do que venha a ser considerado como vulnerabilidade não é consensual na literatura, ao contrário, é polissêmica (Costa *et al.*, 2014). Cabe, então, ressaltar que, neste estudo, entender-se-á vulnerabilidade de acordo com os

critérios desenhados pelo IVS do Ipea, sendo assim entendido como ausência ou insuficiência de oferta e/ou de acesso a direitos sociais, bens e serviços públicos.

Quanto às famílias e sua organização, sabe-se que há algum tempo estão ocorrendo transformações em sua composição (Berquó, 1998) e que tal fenômeno continua a ser observado na sociedade brasileira (Camarano e Fernandes, 2015). Novas formas de constituição e de reconstituição das famílias têm ganhado volume ante o modelo hegemônico de família nuclear (casal com ou sem filhos). Além disso, o processo de individualização da sociedade tem estimulado inclusive o crescimento do número de pessoas que vivem fora de arranjos familiares, ou seja, sozinhas ou com outras pessoas sem vínculo de parentesco.

Vale, então, uma breve e sumária distinção entre os conceitos de família, arranjo familiar e arranjo domiciliar. Vejamos:

nas análises sociais e demográficas, costuma-se distinguir a família do lar. A família – fundada em relações de parentesco – é considerada instituição social que regula, orienta e confere significado social e cultural à reprodução e à sexualidade. O lar, ou as unidades domésticas dos lares, inclui a convivência cotidiana, que significa um domicílio e um teto: uma economia compartilhada, uma coletividade doméstica, a base do cotidiano. São grupos que compartilham uma moradia, um orçamento comum e atividades para a reprodução cotidiana, ligados ou não por laços de parentesco (Arriagada, 2006, p. 198).

Assumindo-se essa perspectiva conceitual, emprega-se a seguinte classificação para fins operacionais:

Família é definida como o grupo de pessoas que reconhecem qualquer vínculo de parentesco, independentemente de sua convivência residencial. Arranjo domiciliar familiar, ou simplesmente arranjo familiar, é um grupo de pessoas residentes em um mesmo domicílio onde existe vínculo de parentesco entre ao menos um dos membros e o chefe. Nesse caso, estão excluídas as pessoas que vivem sós, pois não formam um grupo, bem como as pessoas que vivem relacionadas apenas por normas de convivência doméstica (uma “república” de estudantes, por exemplo) e, portanto, sem parentesco, pois ainda que todos os residentes de um domicílio pertençam a alguma família, nem sempre eles pertencem à mesma família (Medeiros e Osorio, 2001, p. 25).

Enquanto a unidade doméstica é um lugar de convivência entre pessoas com ou sem relações de parentesco, a família é uma instituição organizada em torno de um eixo moral, de uma rede de solidariedade que extrapola os limites físicos dos domicílios (Sarti, 2010).

Apesar disso, pesquisas empíricas com grande volume de casos costumam adotar o domicílio como sinônimo de família quando existe algum vínculo de parentesco. Dessa forma, os arranjos existentes nos domicílios podem ser classificados como

familiar ou não familiar (Medeiros e Osorio, 2001; IBGE, 2010). Os primeiros são, portanto, aqueles em que existem duas ou mais pessoas com parentesco (arranjo domiciliar familiar), enquanto os segundos são caracterizados tanto pela presença de uma única pessoa no domicílio, chamados de arranjo domiciliar não familiar unipessoal, quanto pela moradia de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco, contudo, com vínculos de convivência ou de dependência, nomeado como arranjo domiciliar não familiar multipessoal (Alves e Cavenaghi, 2012).

Para fins deste estudo, no que tange aos arranjos domiciliares familiares, estes serão categorizados de acordo com a sua composição, conforme os laços de parentesco, a saber: casal com filhos; casal com filhos e com parentes; casal sem filhos; casal sem filhos e com parentes; mulher sem cônjuge e com filhos; mulher sem cônjuge com filhos e com parentes; homem sem cônjuge com filhos e com parentes; e outros (categoria que aglutinará as demais formas de composição, como irmãos residindo juntos, avô e neto).

Com isso, intenta-se verificar as formas de organização das unidades domésticas em seus diversos tipos de arranjos, ante os fatores que contribuem para a presença de vulnerabilidade social.

3 VULNERABILIDADE SOCIAL NO PARANÁ

O Índice de Vulnerabilidade Social, desenvolvido em parceria entre Ipea e algumas instituições estaduais de pesquisa socioeconômica,⁴ procura destacar diferentes situações de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida como insuficiência de renda. Por meio de um conjunto de indicadores relacionados a três dimensões – Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho –, pretende-se sinalizar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” que condicionam o bem-estar dos cidadãos e remetem a direitos que, a princípio, deveriam estar à disposição de todos. Em sua métrica, o IVS Geral e para cada uma de suas dimensões varia de 0 a 1, sendo que zero indica a ausência de vulnerabilidade e 1, a situação de maior vulnerabilidade.⁵

Como verificado para a totalidade das Unidades da Federação (UFs), no Paraná, também foi registrada importante melhoria nas condições de bem-estar da população, expressa pela redução do IVS, que passou, no período 2000-2010,

4. São elas: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima), Fundação João Pinheiro (FJP), Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Rio de Janeiro (Ceperj), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Fundação de Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa).

5. Em Ipea (2015), estão detalhados os aspectos conceituais e metodológicos que orientaram a elaboração do IVS. Os resultados apresentados nesta seção são uma síntese de uma nota técnica elaborada por um dos autores (Ipardes, 2015).

de 0,365 para 0,252; com isto, a condição de vulnerabilidade social no estado alterou de média para baixa vulnerabilidade. Para o Brasil, no mesmo período, o IVS passou de 0,446 para 0,326, com a condição variando de alta para média vulnerabilidade.

Em termos relativos, a redução do IVS no Paraná foi de 31%, superior à observada para o Brasil (27%). Em relação às demais UFs, a intensidade da redução observada no Paraná só foi inferior à de quatro estados – Tocantins (39%), Rondônia e Mato Grosso (35%) e Santa Catarina (34%), igualando-se à registrada no Mato Grosso do Sul (31%).

Mesmo com o crescimento relativo maior desses estados, o Paraná manteve a terceira posição, que registrava desde 2000, com o seu IVS situando-se em condição pior apenas à verificada nos estados de Santa Catarina (0,192) e Rio Grande do Sul (0,234).

No Paraná, as três dimensões do IVS apresentaram redução, e, como para o Brasil, o maior avanço foi observado na dimensão Renda e Trabalho, cujo índice variou de 0,415 para 0,241 (tabela 1). Mas, entre as três dimensões do IVS, a de Infraestrutura, que trata das condições de saneamento urbano, coleta de lixo e mobilidade urbana, continua a ser mais favorável.

Em termos de contribuição de cada dimensão para a redução do IVS paranaense entre 2000 e 2010, a dimensão Renda e Trabalho foi a responsável por mais da metade da queda do IVS (51%), seguida das dimensões Capital Humano (39%) e Infraestrutura (10%).

TABELA 1
Índices e indicadores de vulnerabilidade social – Brasil e Paraná (2000-2010)

Índices/indicadores	Brasil		Paraná	
	2000	2010	2000	2010
Índice de Vulnerabilidade Social	0,446	0,326	0,365	0,252
IVS Infraestrutura Urbana	0,351	0,295	0,249	0,217
a) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	8,91	6,12	3,54	0,97
b) Percentual da população em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	8,88	2,98	3,03	0,82
c) Percentual de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo e gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	10,33 ¹	10,33	9,13 ¹	9,13

(Continua)

(Continuação)

	Índices/indicadores	Brasil		Paraná	
		2000	2010	2000	2010
	IVS Capital Humano	0,503	0,362	0,430	0,298
	a) Mortalidade até 1 ano	30,57	16,70	20,30	13,08
	b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	76,21	56,85	79,99	57,42
	c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	6,89	3,31	5,85	2,45
	d) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,51	2,89	3,36	2,69
IVS Capital Humano	e) Percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos, no total de mães chefes de família	14,66	17,23	11,51	14,47
	f) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	13,63	9,61	9,53	6,28
	g) Percentual de crianças em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	49,86	30,39	41,81	25,51
	h) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	15,40	11,61	13,12	6,35
	IVS Renda e Trabalho	0,485	0,320	0,415	0,241
	a) Proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	48,39	32,56	41,24	19,70
	b) Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	13,82	7,29	11,12	4,52
IVS Renda e Trabalho	c) Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	48,71	35,24	44,52	31,55
	d) Percentual de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	3,41	2,42	2,31	1,31
	e) Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	9,28	7,53	10,13	8,49

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (Ipea, 2015).

Nota: ¹ Essa informação não estava disponível para 2000, sendo, para efeito de construção do índice, considerado o mesmo valor de 2010.

Quase todos os indicadores que compõem o IVS apresentaram melhoria no período 2000-2010, com destaque para alguns que tiveram redução absoluta de mais de 10 pontos percentuais (p.p.), quais sejam: o percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola, que passou de 79,99% para 57,42%; o percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, que variou de 41,81% para 25,51%; a proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo, que passou de 41,24% para 19,70%; e o percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, que reduziu de 44,52% para 31,55% (tabela 1).

Observe-se que, apesar da intensa redução, esses indicadores ainda envolviam, em 2010, contingentes expressivos da população em situação de vulnerabilidade, como é o caso das crianças de 0 a 5 anos sem acesso à creche ou pré-escola.

As mudanças destacadas anteriormente refletem, na realidade, alterações ocorridas nos municípios paranaenses. Segundo a tabela 2, pode-se verificar que o número de municípios que, em 2000, estavam nas faixas de muito alta e alta vulnerabilidade social foi reduzido de 199 para dez, em 2010, ano em que nenhum dos municípios foi classificado como muito alta vulnerabilidade. Por sua vez, 269 municípios passaram a ser enquadrados nas faixas de baixa e muita baixa vulnerabilidade social.

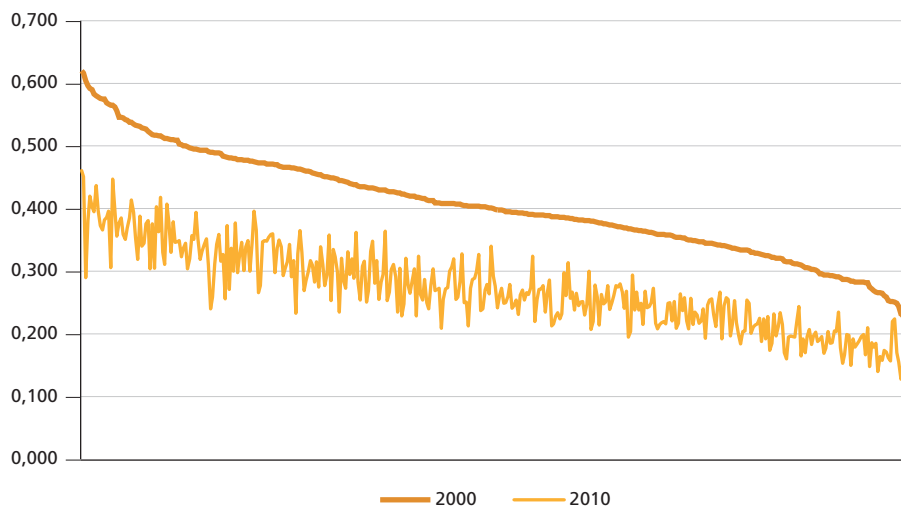
TABELA 2
Número de municípios segundo faixa do IVS – Paraná (2000-2010)

Faixa	2000	2010
Muito alta	51	0
Alta	148	10
Média	156	120
Baixa	43	208
Muito baixa	1	61

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (Ipea, 2015).

Todos os municípios paranaenses tiveram redução no Índice de Vulnerabilidade Social. O gráfico 1 apresenta a situação dos municípios, ordenados a partir da situação verificada em 2000 (linha escura do gráfico). Como pode ser observado, os pontos da distribuição em 2010 estão todos abaixo da linha escura, o que indica redução do índice. Além disso, observa-se que a distância entre as duas linhas tende a ser maior na porção esquerda do gráfico, na qual estão os municípios em pior condição no ano de 2000, os quais, de modo geral, foram os que mais melhoraram no período, apesar da persistência de importante diferenciação entre eles.

GRÁFICO 1
Distribuição dos municípios paranaenses segundo IVS (2000-2010)



4 ARRANJOS DOMICILIARES E VULNERABILIDADE SOCIAL

Nesta seção, são apresentados os resultados referentes à situação de vulnerabilidade social entre os diferentes tipos de arranjos domiciliares. Os indicadores foram elaborados a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010, considerando-se o universo dos domicílios particulares permanentes. As sintaxes para tabular os indicadores foram definidas a partir da descrição dos indicadores que constam do *Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros* (Ipea, 2015, quadros 1, 2 e 3).

Apesar de seguir essas definições, os resultados obtidos guardam pequenas diferenças em relação aos do atlas, o que se deve aos seguintes fatores: *i*) alguns domicílios não puderam ser, por ausência de informação, classificados quanto ao tipo de arranjo domiciliar, isso implicou que as pessoas que neles residiam não foram incorporadas no cálculo dos indicadores; *ii*) no caso de renda, adotou-se o mesmo corte do atlas (R\$ 255,00 mensais, em valores de agosto de 2010), mas não se fez nenhum tipo de imputação nos casos de rendimento domiciliar igual a zero; *iii*) os indicadores referentes à condição de atividade e de desocupação foram construídos usando-se as variáveis derivadas que constam dos microdados do censo;⁶ e *iv*) dados os critérios utilizados para definir as unidades domiciliares de tipo familiar, foram excluídos da composição domiciliar, além dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados, categorias excluídas pelo atlas, as pessoas classificadas como agregados ou conviventes nos domicílios; nos tipos não familiar estes últimos estão incluídos.

Mesmo com essas diferenças, verificou-se que o número de domicílios tabulados corresponde a 99,9% dos domicílios particulares permanentes existentes no Estado por ocasião do Censo Demográfico 2010. Além disso, verificou-se que para apenas dois indicadores a diferença em relação ao valor apresentado na tabela 1, para o Paraná, foi superior a mais de 1 p.p.: nos indicadores relativos à proporção de pobres e de ocupados informais com baixa escolaridade. Por fim, cabe destacar que dos dezesseis indicadores considerados no atlas, um único, o de mortalidade infantil, não será aqui considerado, uma vez que se trata de uma informação não diretamente obtida dos microdados do censo.

4.1 Arranjos domiciliares

A distribuição dos tipos de arranjos domiciliares nos municípios paranaenses indica que a composição casual com filhos é a de maior representatividade, correspondendo a 43% das unidades domésticas e 52% da população. Na sequência, as maiores participações nos domicílios estão nos arranjos casual sem filhos (16%) e unipessoal (11%), e na população casual com filho e com parente (12%) e casual sem filho (10%).

6. Foi possível observar que na sintaxe do atlas a categoria desocupado considerou apenas a "tomada de providência para conseguir trabalho" (v0654), enquanto no conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além desta providência, considera-se também a "disponibilidade para trabalhar na semana de referência do censo" (v0655); desta diferença decorreu, ainda, pequena variação na população economicamente ativa (PEA).

O que demonstra, apesar das mudanças que vêm ocorrendo na organização familiar, a permanência do tipo nuclear de família com peso significativo na configuração dos arranjos.

As menores participações no total de unidades domésticas são dos arranjos em que existem homens sem cônjuge com filhos e com parentes (menos de 2% dos domicílios e da população) e, de forma residual, o arranjo multipessoal, com percentual abaixo de 1. O número de unidades em cada tipo de arranjo pode ser observado na tabela 3.

Todos os arranjos apresentam elevadas taxas de urbanização.⁷ Ante uma taxa estadual de 86%, a menor é encontrada no arranjo familiar casal sem filhos e com parentes (83%) e a maior, no arranjo não familiar multipessoal (96%), seguido pelos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuge (ambos com 93%).

As diferenças mais significativas dos arranjos entre o ambiente urbano e rural estão no fato de que, em termos populacionais, por um lado, os arranjos mulher sem cônjuge com filhos e mulher sem cônjuge, com filhos e com parentes, no rural, serem 4 e 3 p.p. menores que o urbano na distribuição, e, por outro lado, o arranjo casal com filhos ter participação 7 p.p. superior no total do rural em relação ao conjunto do urbano. Ou seja, como há equilíbrio entre as proporções dos demais arranjos, sejam estes urbanos ou rurais, provavelmente ocorra um deslocamento e uma compensação entre esses tipos quando se tem o rural como referência. Portanto, proporcionalmente, existem menos mulheres sozinhas como responsáveis por domicílios no rural, sendo então uma característica levemente acentuada no urbano.

Em relação ao tamanho médio das unidades domésticas, considerando o número de pessoas residentes, pode-se constatar que não existem diferenças entre o arranjo estar domiciliado no urbano ou no rural, pois a média de membros tende a permanecer constante independentemente da localização. Assim, em termos da quantidade de membros, a média dos arranjos nos municípios paranaenses encontra-se em 3,1 pessoas por domicílio, sendo que os domicílios com maior densidade, conforme esperado, são aqueles com arranjos casal com filho e com parente (5,3), seguido pela mulher sem cônjuge com filhos e com parente (4,4), e o menor, excluindo-se unipessoal e casal sem filhos, são os domicílios multipessoais, com média de 2,5 moradores.

Passando-se às características da pessoa responsável pelo domicílio, excetuando aqueles em que não estão acompanhados de cônjuge, apenas nos arranjos do tipo unipessoal e outros as mulheres são a maioria. Nos arranjos em que existem casais, a proporção de homens responsáveis pela unidade doméstica encontra-se sempre acima da casa dos 70%.

7. Dados tabulados, porém não apresentados.

Em relação às faixas etárias, arranjos unipessoais caracterizam-se pela expressiva participação de idosos (41%) entre os chefes e os multipessoais, pela presença de jovens, sendo 50% deles na faixa de 18 a 29 anos. Entre os tipos de arranjos com casais sem filhos, a proporcionalidade das faixas etárias mais avançadas tende a ser mais representativa, e nos de casais com filhos, a maior concentração encontra-se nas faixas intermediárias entre jovens e idosos. Nos arranjos em que não existem cônjuges, mas filhos e parentes, tanto para os homens quanto para as mulheres a proporção tende a aumentar de modo constante conforme o avanço da idade, partindo de menos de 1% para os que têm menos de 17 anos até ultrapassar os 35% para os responsáveis de domicílio com mais de 60 anos, o que, de certo modo, indica a tendência de ruptura – por inúmeras razões, desde desentendimentos até falecimentos –, que ocorrem nos relacionamentos com o passar dos anos.

Em termos de níveis de instrução, metade dos responsáveis pelos domicílios no Paraná não finalizaram o ensino fundamental, cerca de 15% concluíram-no, em torno de 23% possui ensino médio completo e 12% possui diploma de nível superior. Esse mesmo perfil é encontrado nos responsáveis pelos arranjos de casais com e sem filhos, ambos sem parentes, e também nos arranjos mulher sem cônjuge e com filhos e outros.⁸

Apesar disso, as menores escolaridades estão nos arranjos em que casais residem com parentes e naqueles em que as mulheres ou homens sem cônjuge também convivem com parentes.⁹ Nesses a taxa dos que não possuem ensino fundamental completo ultrapassa os 60%, bem como o percentual de nível superior completo fica em torno dos 7%. Portanto, arranjos em que existem parentes residindo na unidade doméstica tendem a apresentar responsáveis mais velhos e menos escolarizados.

Os domicílios unipessoais são mais heterogêneos, estando a baixa escolaridade em 55% e o nível superior em 14%, portanto, ambos acima da média estadual. Já os domicílios multipessoais, além de terem os responsáveis mais jovens, caracterizam-se também pela melhor escolaridade entre os arranjos, pois 41% possui ensino médio e 24%, superior completo.

Por fim, verificando-se a condição de atividade dos responsáveis pelas unidades domésticas, quase todos apresentam taxas bastante elevadas de ocupação, sendo as maiores proporções de ocupados encontradas nos arranjos de casais com filhos (com e sem parentes). De outro modo, as maiores proporções de pessoal desocupado podem ser verificadas nos arranjos de mulher sem cônjuge com filhos e outros. Além disso, o arranjo mulher sem cônjuge com filhos e com parente destaca-se por ter menos da metade das responsáveis pelos domicílios ocupadas; na realidade, a maior parcela encontrava-se na inatividade.

8. Esse tipo de arranjo não será destacado nas análises que seguem, mas sua composição envolve, geralmente, um responsável, homem ou mulher, sem cônjuge e sem filho, convivendo com outros parentes, principalmente pai/mãe e/ou irmão/irmã.

9. Nesses arranjos, a maioria dos membros classificados como parentes são netos, os quais representam entre 40% e 55% do total de parentes residentes nestes tipos de unidades domiciliares.

TABELA 3
Número e características dos domicílios particulares permanentes e seus responsáveis segundo o tipo de arranjo domiciliar – Paraná (2010)

Indicador	Tipo de arranjo domiciliar										Total	
	Não familiar					Familiar						
	Unipessoal	Multipes-soal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Homem sem cônjuge com filhos e com parente		
Domicílios e pessoas												
Domicílios	380.112	27.112	538.789	69.657	1.427.655	243.472	280.020	123.554	61.184	149.912	3.301.466	
Pessoas	380.112	68.287	1.083.176	234.713	5.412.947	1.301.839	750.679	543.548	190.476	428.458	10.394.234	
Média de membros	1,0	2,5	2,0	3,4	3,8	5,3	2,7	4,4	3,1	2,9	3,1	
Pessoa responsável pelo domicílio												
Sexo												
Homem	46,7	52,6	78,4	75,0	80,3	76,8	0,0	0,0	100,0	43,3	64,4	
Mulher	53,3	47,4	21,6	25,0	19,7	23,2	100,0	100,0	0,0	56,7	35,6	
Faixa etária												
< = 17	0,3	1,6	0,5	0,6	0,1	0,2	0,1	0,3	0,3	9,4	0,7	
18 a 29	12,1	50,5	20,7	13,8	14,7	8,5	8,2	5,7	2,8	25,2	14,6	
30 a 39	11,9	14,7	14,5	8,6	31,6	15,6	22,5	10,3	11,4	12,3	21,9	
40 a 49	14,7	9,2	11,3	11,9	29,8	26,6	28,3	21,8	24,8	13,7	23,0	
50 a 59	19,4	8,9	18,6	25,8	15,6	27,0	20,2	26,4	24,8	15,3	18,5	
60 e mais	41,5	15,1	34,4	39,3	8,1	22,1	20,7	35,5	36,0	24,1	21,3	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	Tipo de arranjo domiciliar										Total	
	Não familiar		Familiar									
	Unipessoal	Multipes- soal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem côn- juge com filhos	Mulher sem côn- juge com filhos e com parente	Homem sem cônjuge com filhos e/ou com parente	Outros		
Nível de instrução												
Sem instrução e ensino funda- mental incompleto	54,9	22,0	50,0	63,9	44,5	60,8	51,2	64,8	61,5	44,7	49,7	
Ensino fundamental completo e médio incompleto	11,0	12,7	13,2	12,4	18,3	15,1	15,3	12,9	13,4	15,9	15,5	
Ensino médio completo e supe- rior incompleto	19,3	41,3	22,9	16,4	25,5	17,5	21,3	15,7	16,2	25,4	22,8	
Ensino superior completo	14,6	23,8	13,7	7,3	11,6	6,4	12,0	6,4	8,8	13,4	11,8	
Não determinado	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,6	0,2	
Condição de atividade												
Inativo	44,4	30,6	29,9	35,6	14,3	25,4	34,0	50,0	32,8	39,8	26,2	
Ocupado	53,8	66,5	68,6	62,9	83,9	73,0	62,7	47,3	65,7	56,6	71,8	
Desocupado	1,8	2,9	1,5	1,5	1,8	1,7	3,4	2,7	1,5	3,6	2,0	
Total de responsáveis pelos domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

4.2 Vulnerabilidade social por tipo de arranjo domiciliar

A hipótese que orienta este estudo é que as distintas situações de vulnerabilidade, expressas no conjunto de indicadores do IVS, tendem a incidir de modo diferenciado relativamente aos tipos de arranjos domiciliares. Como será demonstrado na sequência, há evidências desta diferenciação entre os arranjos domiciliares e é possível identificar os tipos mais propensos a experimentarem situações de risco, embora haja importante variação nesta associação conforme o indicador/fator de risco analisado.

A tabela 4 apresenta os resultados referentes aos quinze indicadores do IVS que foram calculados. Além desses resultados, na análise, embora não apresentados na tabela, serão considerados os coeficientes de variação (CV) de cada indicador, indicativos da maior ou menor variabilidade dos valores observados.

Os indicadores da dimensão Infraestrutura Urbana são os que apresentam menor diferenciação entre os tipos de arranjos domiciliares, possivelmente por se tratar de um tipo de provisão de serviços que independe da forma de organização familiar; o maior CV foi observado no indicador de mobilidade (32,4%).¹⁰ Apesar disso, nos três indicadores, são os arranjos multipessoais que apresentam a melhor situação, com os menores percentuais de pessoas em situação de vulnerabilidade. Os domicílios chefiados por homens sem cônjuge, mas com filhos e/ou parentes, são os mais precários em termos de saneamento e coleta de lixo e têm a segunda pior situação relativamente ao tempo de deslocamento para trabalho.

Na dimensão Capital Humano, apenas dois indicadores possuem CV inferior a 30%. Um deles é o relativo às crianças de 0 a 5 anos fora da escola, sendo que, em todos os arranjos que pressupõem a presença de crianças desta faixa etária, mais da metade não tinha acesso à escola; mas chama atenção o fato de a situação menos precária ser observada nos domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge (41,58%). O outro indicador com menor CV é o que se refere aos jovens pobres que não estudam, nem trabalham; neste caso, apenas nos domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge, com filho e parente a taxa dos jovens nem-nem ultrapassou 10%. Nos demais indicadores desta dimensão, a variabilidade entre os tipos de arranjos é maior.

10. Vale lembrar que quanto menor o percentual, menor a variabilidade dos dados e, portanto, menor a diferenciação entre os tipos.

TABELA 4
Indicadores de vulnerabilidade social segundo os tipos de arranjo domiciliar – Paraná (2010)

Indicador	Tipo de arranjo domiciliar									
	Não familiar					Familiar				
	Unipessoal	Multipessoal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Homem sem cônjuge com filhos e/ou com parente	Outros
Infraestrutura Urbana										
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	1,05	0,58	1,00	1,00	1,02	1,14	0,76	0,77	1,15	0,80
Percentual da população em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	1,16	0,35	0,92	1,03	0,75	1,00	0,78	0,62	1,26	0,74
Percentual de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo e gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	7,09	1,78	7,78	9,12	8,73	10,31	9,78	9,55	11,39	11,66
Capital Humano										
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	-	-	-	51,08	57,53	62,91	41,58	57,16	55,26	52,92
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	62,14	100,00	64,56	3,18	1,86	3,61	2,42	3,78	4,08	3,81
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0,00	2,62	1,92	1,73	1,62	7,33	0,38	7,63	2,67	1,73
Percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos, no total de mães chefes de família	-	-	-	-	28,89	24,60	20,37	12,99	-	0,00
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	13,84	3,35	8,42	13,42	3,27	7,39	6,53	8,53	7,53	9,97
Percentual de crianças em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	32,52	53,04	49,84	56,77	23,87	21,38	35,17	25,29	35,17	37,71
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	6,80	3,93	5,05	5,25	6,94	8,52	6,93	11,14	6,91	6,77
Renda e Trabalho										
Proporção de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	9,78	13,45	9,59	16,78	23,13	21,52	29,63	26,60	20,04	17,96
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	3,19	4,30	2,83	4,36	3,93	5,06	6,83	7,19	5,45	4,98
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	12,60	6,28	12,83	14,51	12,02	13,20	11,00	10,91	13,76	10,58
Percentual de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	0,37	1,02	1,94	4,21	0,39	2,40	1,30	3,52	3,99	3,93
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos	86,27	38,75	33,53	8,31	8,37	9,18	6,63	6,45	9,10	9,76

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

O indicador de frequência escolar das crianças de 6 a 14 anos registrou o maior CV (145,7%), sendo que esta maior diferenciação associa-se a três tipos de arranjos que apresentam taxas de não frequência superiores a 60% – unipessoal, multipessoal e casal sem filhos. Embora envolva um pequeno contingente de pessoas, cerca de 850 crianças no estado, estes casos refletem a conjunção de diversas situações de precariedade: crianças vivendo sozinhas, com não parentes ou precocemente envolvidas em relações conjugais.¹¹

Outro indicador em que os arranjos multipessoal e casal sem filhos se destacam com altas proporções (superior a 49%) é o referente às crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, envolvendo, porém, pequenos contingentes (apêndice A); a estes se soma o tipo casal sem filhos com parente, mas com um número mais elevado de crianças. Independentemente destes casos extremos, observa-se que a baixa escolaridade da população adulta é expressiva em todos os arranjos domiciliares, sempre com proporções acima de 20%.

Ainda relacionado à baixa escolaridade, tem-se o indicador de mães chefes de famílias, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos. As taxas são elevadas nos quatro tipos de arranjo domiciliar em que a mãe pode assumir a chefia do domicílio, mas chama atenção ser menor (12,9%) entre as mulheres chefes sem cônjuge que, além dos filhos, residem com parentes.

A questão do analfabetismo no país está relacionada principalmente à população idosa. Os arranjos que apresentam as maiores taxas de analfabetismo (> 8%) são aqueles que indicam a presença desta população, com destaque para o casal sem filhos com parentes e o unipessoal; nestes arranjos, aproximadamente 40% dos chefes de domicílios têm 60 anos ou mais.

A gravidez na adolescência (mulheres de 10 a 17 anos com filhos) tem sua maior incidência (> 7%) em dois tipos de arranjos que implicam a convivência com parentes, o que pode indicar algum tipo de dependência em relação a pessoas adultas, que participam auxiliando no cuidado das crianças e/ou na provisão/complementação de renda.

Na dimensão Renda e Trabalho, há dois indicadores que apresentam menor variação (CV < 30%) das taxas entre os distintos tipos de arranjos domiciliares: o de desocupação e o de ocupação informal com baixa escolaridade. No caso da desocupação, há que se destacar que as duas taxas mais elevadas são observadas nos dois tipos de arranjo chefiados por mulheres sem cônjuge. A informalidade com

11. Segundo o Censo Demográfico 2010, o Paraná possuía, em 2010, cerca de 8,8 mil crianças de 10 a 14 anos na condição de responsáveis pelos domicílios ou como cônjuges.

baixa escolaridade¹² envolve, em todos os arranjos, entre 10% e 15% das pessoas ocupadas de 18 anos e mais de idade, com exceção do tipo multipessoal, para os quais a taxa se reduz a 6,28%.

O maior coeficiente de variação nessa dimensão (118%) foi observado no indicador de atividade das crianças de 10 a 14 anos, sendo que as três maiores taxas relacionam-se aos três tipos de arranjos em que as crianças não aparecem na condição de filhos – unipessoal, multipessoal e casal sem filhos, referindo-se possivelmente a situações em que estes menores vivem sozinhos ou na condição de cônjuges; entretanto, como nos demais indicadores em que se observou este tipo de situação, o número de menores envolvidos é pequeno (apêndice A).

Os dois outros indicadores dessa dimensão referem-se à situação de pobreza, entendida como a condição em que a renda mensal do domicílio era, em 2010, inferior a R\$ 255,00. A taxa de pobreza teve seu menor valor (9,59%) entre os casais sem filhos e eleva-se a mais de 20% em todos os arranjos que contam com a presença de filhos, chegando a quase 30% nos domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge com filhos.

Algumas famílias pobres se caracterizam por ter parcela expressiva de sua renda dependente da contribuição dos idosos. A proporção dessas famílias é pequena no estado, e sua participação é mais elevada nos arranjos que contam com a presença de parentes na sua composição. É interessante observar que a menor taxa (0,39%) foi registrada no arranjo unipessoal, o qual, como notado anteriormente, conta com participação elevada de idosos. Nestes casos, a pequena taxa deve estar associada ao fato de a maioria dos idosos contar com algum tipo de garantia de renda associada à seguridade social (aposentadoria, pensão ou benefício de amparo aos idosos), com acesso, pelo menos, ao piso mínimo dos benefícios sociais.

A literatura sobre vulnerabilidade social e pobreza tem chamado atenção para a natureza multidimensional desses fenômenos, no sentido em que uma mesma unidade familiar/pessoa pode estar sujeita a mais de um fator de risco ou à ausência de ativos socioeconômicos. Neste sentido, buscou-se dimensionar como os diversos fatores de risco se manifestam nos domicílios, considerando-se o número de vezes que um domicílio foi enquadrado em cada um dos indicadores do IVS.

Os três tipos de arranjos sem a presença de filhos e/ou parentes – unipessoal, multipessoal e casal sem filhos – são os menos sujeitos aos fatores de risco; praticamente dois terços dos domicílios destes arranjos não apresentaram nenhuma ocorrência de risco e menos de 1% deles acumulou mais de quatro ocorrências (tabela 5).

12. O indicador de informalidade com baixa escolaridade foi o que apresentou maior diferença com relação à taxa estadual publicada em Ipea (2015), cerca de 19 p.p. Não foi possível identificar a que se deve essa diferença, mas acredita-se que seja à definição do denominador (população total na faixa etária considerada), pois foi possível checar, nos microdados do censo, o contingente que corresponde ao numerador.

Em comum esses tipos têm o reduzido número de membros compondo as unidades domiciliares, fato que significa menor nível de dependência dos membros em relação aos provedores de renda. Além disso, algumas características dos responsáveis pelos domicílios, destacadas na seção 4.1, fornecem algumas pistas adicionais para a menor vulnerabilidade social nestes tipos de arranjos. A forte presença de idosos/inativos nos domicílios unipessoais deve estar associada ao maior acesso à aposentadoria, o que significa a não exposição aos diversos fatores do IVS que estão associados à insuficiência de renda (pobreza). No caso das unidades multipessoais, chama atenção o fato de reunirem a população com o maior nível de escolaridade dentre os diversos tipos de arranjo e a maior participação de jovens (até 29 anos) na sua composição. Entre os casais sem filhos, possivelmente a menor taxa de dependência seja o principal fator que contribui para a menor vulnerabilidade.

TABELA 5

Número de domicílios particulares permanentes e distribuição percentual segundo o tipo de arranjo domiciliar e número de ocorrências de vulnerabilidade social – Paraná (2010)

Indicador	Tipo de arranjo domiciliar									Total	
	Não familiar		Familiar								
	Unipessoal	Multi-pessoal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Homem sem cônjuge com filhos e/ou com parente		Outros
Total de domicílios	380.112	27.112	538.789	69.657	1.427.655	243.472	280.020	123.554	61.184	149.912	3.301.466
Ocorrências											
0	68,16	68,53	63,32	36,67	42,68	28,33	46,71	32,32	45,18	48,99	48,30
1	24,50	22,25	25,61	30,79	28,95	29,82	23,57	27,29	27,39	28,39	27,37
2	6,01	6,75	8,26	18,16	13,59	18,75	12,53	16,09	14,70	13,00	12,27
3	1,19	1,84	2,38	8,74	8,06	10,88	8,57	10,75	7,45	6,03	6,55
4 e mais	0,13	0,65	0,43	5,63	6,72	12,22	8,61	13,55	5,30	3,59	5,52
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: O número máximo de acúmulo de ocorrências em uma família foi onze, em um total de quinze indicadores.

As unidades domiciliares com maior exposição aos fatores de risco são aquelas que contam, entre os seus membros, com a presença conjunta de filhos e parentes, sejam unidades com a presença do casal, sejam aquelas chefiadas por mulheres sem o cônjuge. Nestes dois tipos, mais de dois terços das unidades estão expostas ao menos a um fator de risco, sendo que em mais de 10% delas o número de ocorrências foi igual ou maior que quatro. De certo modo, o perfil destas unidades e de seus responsáveis aponta para situações opostas às destacadas antes, no caso dos tipos menos vulneráveis. São unidades com maior número médio de membros, portanto, sujeitas a maior nível de dependência em relação aos provedores de renda

e nas quais parcela elevada dos chefes (> 60%) não concluiu o ensino fundamental. No caso das mulheres chefes de domicílio vivendo com filhos e com parentes, agrega-se o elevado nível de inatividade que abarca metade delas.

A tabela 6 adiciona a informação do contingente populacional associado aos diversos fatores de risco considerados no IVS. Ressalte-se que, nos casos em que a situação de risco envolve todos os membros dos domicílios, como no indicador de pobreza, o contingente refere-se a todos os membros dos domicílios que estão nesta condição; quando se trata de uma condição associada a indivíduos específicos, o contingente refere-se ao número de pessoas atingidas por essa condição particular.

Como visto na seção 3, o maior avanço observado no período 2000-2010 se deu na dimensão Renda e Trabalho do IVS. Mesmo assim, esta é a dimensão que envolve os maiores contingentes populacionais em alguma das situações de risco. Em 2010, 2,2 milhões de pessoas residiam em domicílios em situação de pobreza e quase 1 milhão de ocupados estavam na informalidade e apresentavam baixa escolaridade.

TABELA 6
Número de pessoas em situação de vulnerabilidade social segundo o fator de risco – Paraná (2010)

Fator de risco	Total
Infraestrutura Urbana	
Número de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	88.032
Número de pessoas em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	72.687
Número de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	35.851
Capital Humano	
Número de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	491.569
Número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	36.391
Número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	18.791
Número de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos	168.098
Número de pessoas 15 anos ou mais de idade analfabetas	489.170
Número de crianças em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	606.422
Número de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	130.910
Renda e Trabalho	
Número de pessoas vivendo em unidades com renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	2.200.628
Número de pessoas de 18 anos ou mais desocupadas	227.402
Número de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	904.718
Número de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	138.506
Número de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas	75.156

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

Na dimensão Capital Humano, número expressivo de crianças estava fora da escola, particularmente as de 0 a 5 anos, e/ou vivia em domicílios em que nenhum dos moradores tinha concluído o ensino fundamental. Na população adulta, há ainda um elevado contingente de analfabetos. É possível que, em muitos domicílios, estas três condições apresentem-se conjuntamente, o que certamente compromete o futuro escolar das crianças.

Em relação à Infraestrutura Urbana, os contingentes são menores, mas é necessário fazer uma ressalva quanto ao dimensionamento do *deficit* na área de saneamento. No respectivo indicador, foram considerados em situação de risco apenas os domicílios com inadequação simultânea no abastecimento de água e na destinação do esgoto. Porém, sabe-se que, no país, é diferenciada a disponibilização desses dois serviços, com a oferta de água por meio de rede geral alcançando grande parcela da população, particularmente no meio urbano, enquanto há *deficit* maior em relação aos serviços de esgoto. Neste sentido, estimou-se qual seria o número de pessoas, nas áreas urbanas do Paraná, que residiam em domicílios em que qualquer um desses serviços estivesse ausente, o qual totalizou 2,6 milhões, magnitude similar ao do número de pobres, envolvendo um terço dos domicílios.

Por fim, verificou-se como a exposição aos fatores de risco se distribui territorialmente, considerando-se as áreas urbanas e rurais e as principais aglomerações populacionais do estado.¹³ A população que vive nas áreas rurais é a que está mais exposta aos fatores de risco, com três quartos dos domicílios registrando pelo menos uma ocorrência; quase 25% deles com três ou mais ocorrências (tabela 7).

De modo geral, a situação é mais favorável nas principais aglomerações populacionais do estado, nas quais mais da metade de seus domicílios não tinha registro de exposição a nenhum dos fatores de risco considerados no IVS, diferenciando-se dos demais municípios do estado. Entretanto, há que se ter em conta o fato de essas aglomerações concentrarem parcela expressiva da população estadual (41%), significando que é elevado o número de famílias/pessoas expostas às situações de risco que residem nestas espacialidades.

13. Segue-se a delimitação territorial das principais aglomerações populacionais do estado definidas em IBGE (2014), segundo a qual os arranjos de Curitiba, Londrina e Maringá contam com, respectivamente, dezoito, quatro e nove municípios. Em 2010, esse conjunto de municípios era o local de moradia de 41% da população paranaense.

TABELA 7

Distribuição percentual dos domicílios particulares segundo a situação do domicílio e o arranjo populacional, por número de ocorrências de vulnerabilidade social – Paraná (2010)

Ocorrências	Situação do domicílio		Arranjo populacional			
	Urbano	Rural	Curitiba	Londrina	Maringá	Demais municípios
0	52,1	24,6	58,0	54,9	57,4	41,9
1	26,7	31,2	24,8	26,6	27,5	28,7
2	10,9	20,7	9,1	9,8	9,1	14,4
3	5,6	12,5	4,6	5,0	3,6	8,0
4 e +	4,7	11,0	3,5	3,8	2,4	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: O número máximo de acúmulo de ocorrências em uma família foi onze, em um total de quinze indicadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o *Atlas de vulnerabilidade social nos municípios brasileiros* (Ipea, 2015), o Paraná apresentou, no período 2000-2010, importante avanço social, expresso na passagem de sua condição de média para baixa vulnerabilidade social, melhoria observada em todos os indicadores que compõem o IVS e em todos os 399 municípios do estado.

Apesar disso, foi possível observar que alguns dos fatores de risco social, mesmo com suas taxas não sendo elevadas, envolvem importantes contingentes populacionais, como os indicadores de pobreza; de crianças menores de 5 anos fora da escola; de crianças que residem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental concluído; de pessoas ocupadas em situação informal e com baixa escolaridade; e de pessoas residindo em domicílios com saneamento inadequado – neste caso, ampliando-se a definição do indicador para captar os casos em que pelo menos uma das condições de saneamento estivesse ausente.

Além disso, confirmou-se a hipótese de que o nível de risco social está relacionado com determinados tipos de organização familiar. As unidades domiciliares com maior exposição aos fatores de risco são aquelas que contam, entre os seus membros, com a presença conjunta de filhos e parentes, sejam unidades com a presença do casal, sejam aquelas chefiadas por mulheres sem o cônjuge. Por seu turno, os três tipos de arranjos sem a presença de filhos e/ou parentes – unipessoal, multipessoal e casal sem filhos – mostraram-se menos sujeitos aos fatores de risco.

Por fim, observou-se que, nos diversos arranjos domiciliares, parcela importante dos domicílios está sujeita à ocorrência de mais de um fator de risco;

quase um quarto do total dos domicílios registrou duas ou mais ocorrências, sendo que, no arranjo casal com filho e com parente, este percentual atingiu 42% das unidades domiciliares.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas dos domicílios e das famílias no Brasil. Aparte Inclusão Social, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/Eez6b9>>.

ARRIAGADA, I. Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas. *In*: DOMINGUES, J.; MANEIRO, M. (Orgs.). **América Latina hoje: conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: SCHWARCZ, L. (Org.). **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRANDT, M. Famílias: conversas sobre políticas públicas e práticas. *In*: TRAD, L. (Org.). **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010a.

_____. Famílias e políticas públicas. *In*: ACOSTA, A.; VITALE, M. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010b.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e proteção social: reflexões a partir de experiências latino-americanas. *In*: ANPAD – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

CAMARANO, A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares: 2004 e 2014. *In*: CALIXTRE, A.; VAZ, F. **Pnad 2014 – breves análises**. Brasília: Ipea, dez. 2015 (Nota Técnica). Disponível em: <<https://goo.gl/9SbmPn>>.

COSTA, M. *et al.* **Vulnerabilidade social: uma digressão sobre a polissemia do conceito e a construção de um índice associado ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2014 (Versão draft)**.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: notas metodológicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Paraná** – 2010. Curitiba: Iparides, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/tNu8cf>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/iDo84e>>.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 22, p. 47-71, dez. 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/tuWtim>>.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil**: classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 788). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0788.pdf>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <<https://goo.gl/kb6upl>>.

RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 13-48, 2006.

SARTI, C. Famílias enredadas. *In*: ACOSTA, A.; VITALE, M. (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

Número de pessoas segundo tipo de arranjo domiciliar e indicadores de vulnerabilidade social – Paraná (2010)

Indicadores	Tipo de arranjo domiciliar										Total	
	Não familiar					Familiar						
	Unipes- soal	Multipes- soal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos	Mulher com cônjuge com filhos e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Outros		
Infraestrutura Urbana												
Número de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	3.524	381	9.129	1.954	46.320	12.582	5.292	3.868	1.882	3.101	88.032	
Número de pessoas em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	3.889	232	8.335	2.011	33.677	11.057	5.402	3.143	2.075	2.866	72.687	
Número de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	392	17	1.257	499	20.538	5.244	3.714	2.344	658	1.187	35.851	
Capital Humano												
Número de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	0	0	0	3.722	338.690	83.846	19.846	33.484	5.799	6.182	491.569	
Número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola	84	45	717	760	18.789	6.627	3.455	3.232	1.179	1.504	36.391	
Número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	0	27	210	212	7.207	6.728	289	3.282	375	462	18.791	
Número de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos, no total de mães chefes de família	0	0	0	0	81.177	13.909	56.973	16.038	0	0	168.098	

(Continua)

(Continuação)

Indicadores	Tipo de arranjo domiciliar										Total
	Não familiar					Familiar					
	Unipes- soal	Multipes- soal	Casal sem filhos	Casal sem filhos com parente	Casal com filhos	Casal com filho e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos	Mulher sem cônjuge com filhos e com parente	Mulher sem cônjuge com filhos e/ou com parente	Homem sem cônjuge com filhos e/ou com parente	
Número de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas	52.314	2.236	90.952	27.208	124.586	72.622	36.467	33.989	11.311	37.484	489.170
Número de crianças em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	44	684	972	17.879	381.593	67.951	67.232	36.553	14.028	19.487	606.422
Número de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	1.583	1.090	6.362	1.971	63.905	22.388	11.585	12.899	2.935	6.191	130.910
Renda e Trabalho											
Número de pessoas com renda domiciliar igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	36.979	9.150	103.702	39.315	1.250.020	279.980	222.075	144.482	38.099	76.824	2.200.628
Número de pessoas de 18 anos ou mais de idade desocupadas	6.660	2.029	19.628	4.676	106.228	31.161	24.095	16.968	5.139	10.818	227.402
Número de pessoas de 18 anos ou mais, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	47.525	4.081	137.167	27.858	418.119	119.813	54.544	39.711	18.742	37.160	904.718
Número de pessoas em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	1.394	692	21.025	9.876	20.977	31.270	9.778	19.096	7.585	16.813	138.506
Número de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas	116	167	488	1.268	49.532	9.830	6.095	3.183	1.793	2.684	75.156

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

